

ENUNCIÇÃO NA LINGUAGEM: A NOÇÃO DE *RELAÇÃO* E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO

ENUNCIATION IN LANGUAGE: THE NOTION OF *RELATION* AND ITS IMPLICATIONS FOR TEACHING

Aline Juchem*

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir a noção de *relação* a partir das teorias linguísticas de Ferdinand de Saussure, Émile Benveniste e Oswald Ducrot. Tal noção, desenvolvida por Saussure a partir do primitivo teórico de que a língua é um sistema de signos, torna-se fecunda para a fundação de outras teorias linguístico-enunciativas, tais como a Teoria da Enunciação, de Benveniste, cujo conceito de linguagem comporta a enunciação, e a Teoria da Argumentação na Língua, de Ducrot, a qual postula que o valor argumentativo se dá por semelhança e por diferença na língua. Assim, percebe-se que ambas as teorias estão fundamentadas sob a noção de relação, à qual atribuem o conceito de enunciação, que, por sua vez, coloca em cena a linguagem e, por conseguinte, a intersubjetividade, uma vez que esta lhe é inerente. Nessa medida, a noção de relação permite deslocar a reflexão linguística para o ensino, de modo a problematizar o papel da comunicação intersubjetiva entre professor e aluno e a revelar quais são suas implicações e contribuições para o trabalho com texto em sala de aula.

Palavras-chave: Relação; Enunciação; Saussure; Benveniste; Ducrot; Ensino.

Abstract: This work aims at discussing the notion of *relation* based on the linguistic theories of Ferdinand de Saussure, Émile Benveniste, and Oswald Ducrot. Such notion, advanced by Saussure from the theoretical primitive stating that language ("*langue*") is a system of signs, becomes productive in the foundation of other enunciative theories, such as Theory of Enunciation, of Émile Benveniste, whose concept of language encompasses enunciation, and the Theory of Argumentation Within Language, of Oswald Ducrot, which proposes that the argumentative value is given by similarity and difference in language ("*langue*"). Thus, it is noticed that both theories are grounded on the notion of relation, to which they attribute the concept of enunciation. This concept brings language into play, and therefore intersubjectivity, since the latter is inherent to language. The notion of relation allows the displacement of linguistic reflection towards teaching, so as to question the role of intersubjective communication between teacher and student and to reveal its implication and contributions to working with texts in the classroom.

Keywords: Relation; Enunciation; Saussure; Benveniste; Ducrot; Teaching.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de Estudos da Linguagem, especialidade Teorias do Texto e do Discurso, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora/bolsista CAPES do Programa de Apoio à Graduação (PAG), Projeto de Língua Portuguesa: Leitura e Produção Textual, pela UFRGS. E-mail: alinejuchem81@gmail.com.

*Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia:
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poço de água, em água parálitica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.*

(*Rios sem discurso*. João Cabral de Melo Neto¹)

Do poço ao rio-discurso

Nada mais leve – e profícuo – do que começar com poesia o que será escrito em prosa. A metáfora de João Cabral de Melo Neto emudece qualquer outra introdução que se pretenda dar a este trabalho, porque a função da metáfora é justamente esta: (meta) “entre” + (pherō) “carregar”, ou seja, “transferir ou transportar o sentido para outro lugar”, lugar em que se possa dizer de forma figurada aquilo que foge à organização das palavras comuns – o lugar da poesia. Ao seu estilo antitético, o poeta fala na palavra isolada e, porque isolada, se mostra muda, parálitica e nada comunica. Sozinha, a palavra se recolhe ao dicionário e diz nada. É como poço de água que não se mistura. É como pedaço de rio que não corre. É rio sem discurso.

A metáfora desloca para os versos um problema filosófico e também linguístico: a noção de *relação*. Assim como na poesia, a concepção de relação como necessária ao estudo da natureza da linguagem é também tema de reflexão na filosofia, já em Platão, na Grécia Antiga. Na introdução à tradução² de *O Sofista*, o filósofo Nestor-Luis Cordero explica como a noção de relação – ou melhor, de *alteridade*³ – é concebida por Platão, ao discutir as realidades ontológicas do ser e do não-ser:

¹ Trecho do poema *Rios sem Discurso*. MELO NETO, João Cabral de. *A educação pela pedra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, p. 26 (grifo meu).

² A tradução apresentada em português é de Leci Borges Barbisan (tradução livre para estudo em aula) a partir do original em francês: CORDERO, Nestor-Luis. Introduction. In: PLATON. *Le Sophiste*. Paris: Flammarion, 1993.

³ Tomarei aqui o termo *relação*, e não *alteridade*, porque acredito que, em se tratando de um texto destinado também ao público docente, ou seja, mais geral, o primeiro se torna mais próximo do leitor e mais inteligível à primeira vista.

O que é isolado degenera e morre. A vida, o pensamento, a mudança existem e é graças a isso que as Formas ou qualquer outra realidade podem – e devem – comunicar com outras realidades e encontrar assim um novo impulso (“élan”). **O ser, que escapa à “coisificação”, torna-se um verdadeiro poder que leva as realidades a essa mistura que as coisas são.** É nessa possibilidade de comunicação com outras realidades que cada coisa chega a constituir sua essência: **toda coisa é, de fato, a mesma que ela própria, e diferente das outras.**[...] Identidade e diferença são assim dois princípios supremos – tornadas possíveis pela comunicação recíproca – que definem cada coisa. (CORDERO, 1993, p. 25).

[...] tudo o que é real existe porque há um poder de comunicação recíproco. **Esse poder de comunicação é o ser.** O que não produz nenhum efeito ou que não pode sofrer nenhum efeito não existe. [...] O fundamento dessas causas e desses efeitos que caracterizam o que é, é **seu poder de agir e de sofrer.** [...] Tudo o que existe depende desse elo. **É a dupla ação-paixão.** Esses dois movimentos são modos de comunicar. (CORDERO, 1993, p. 47-53).⁴

Como o rio na poesia, “o que é isolado degenera e morre”, ou seja, tudo aquilo que está privado do *poder* de comunicação recíproco não existe, não constitui sua essência, não constitui o discurso; é o não-ser. Na linguagem, assim como na vida, o que não é passivo de sofrer e ao mesmo tempo de agir – a dupla ação-paixão – reduz-se a si mesmo e não produz nenhum efeito, nenhum *sentido*. A alteridade (ou outridade) pressupõe o outro com o qual o ser (a palavra) concorre em sua semelhança e em sua diferença, pois, segundo Cordero (1993, p. 25), “toda coisa é, de fato, a mesma que ela própria, e diferente das outras”. Logo, podemos afirmar que o *valor* de cada coisa (de cada palavra) só se dá na e pela *relação* – conceitos que se implicam mutuamente.

A *relação* é, pois, a essência da linguagem e, por conseguinte, o modo *como* o sentido se constrói no e pelo discurso é uma questão fundamentada na alteridade, no conceito de valor. Tal preocupação é de ordem epistemológica, presente desde a Antiguidade Clássica e que permeia todos os campos do saber, especialmente as ciências humanas, cujo cerne é investigar a complexidade e a heterogeneidade inerentes à linguagem humana. Nesse sentido, a Linguística vem ocupar um lugar especial, ao colocar em cena questões pertinentes à língua e à fala, isto é, à linguagem e, por isso mesmo, ao homem, uma vez que a linguagem o contém.

Se, sob essa perspectiva, deslocarmos essas questões como professores de língua(s), podemos então nos perguntar:

⁴ Os grifos em itálico e aspas são do autor; os grifos em negrito, meus. A escolha do texto de Nestor-Luis Cordero como referência a Platão se justifica pela complexidade do pensamento do filósofo grego, o que, por sua vez, exige sólido conhecimento de Filosofia Clássica que autorize qualquer afirmação teórica.

1. Considerando o ensino de leitura e escrita em sala de aula, que, como sabemos, em geral, desvincula forma e sentido, ou melhor, atenta para a língua como gramática e não para o discurso como emprego da língua, o que deve ser levado em conta para sua (re)significação?
2. Como a Linguística pode contribuir para o trabalho com texto em sala de aula, ou mesmo para o ensino em geral? Dito de outro modo, quais são as implicações do conhecimento da Linguística para o ensino?

Essas questões levam a uma obrigação metodológica a qual exige um percurso de leitura pelas teorias linguísticas cujos estudos nos incitam a explorar a noção de *relação*, quais sejam: a Linguística, de Ferdinand de Saussure; a Teoria da Enunciação, de Émile Benveniste; e a Teoria da Argumentação na Língua, de Oswald Ducrot.

Enfim, é da noção de *relação*, sob a perspectiva linguística, que nos ocuparemos aqui, para, na última parte, deslocar essa reflexão para o ensino em sala de aula.

1 Saussure: a língua é um sistema de signos

Após mais de um século em que a Linguística vem ocupando o seu lugar como ciência, ainda se percebem dois problemas: uma visão de língua como um sistema fechado, indiferente à exterioridade, e uma certa rejeição aos estudos saussurianos por atribuir a ele a hipótese anterior. Pode-se dizer que esses problemas sucumbem à mesma causa: uma leitura estruturalista da linguística saussuriana, cuja teoria se baseia no primitivo “a língua é um sistema de signos” (SAUSSURE, 2006, p. 24), o qual, lido de forma apressada, parece equivaler a uma nomenclatura. Eis aí um equívoco.

Dentro do quadro epistemológico saussuriano, o que é língua, sistema e signo? Se a linguagem é a matéria, a língua é o objeto, a unidade da linguagem, o princípio de classificação e organização com sua ordem própria. A língua é um sistema cujo funcionamento está regulado pela relação – não pela regularidade –, visto que a irregularidade mesma está na língua. A consideração da língua como uma nomenclatura pelo simples fato de ser um “sistema” afasta-a de sua natureza, que é social e semiológica, isto é, a língua não tem ligação natural com a realidade, mas é ela que cria a realidade.

Outra ideia equivocada ligada ao sistema é julgar que a língua – instituição social – deve ser observada em uma redoma impermeável à fala – individual –, pensando estar nesta a exterioridade, enquanto a exterioridade é interna à própria língua, pois é interno tudo aquilo que provoca mudanças no sistema. A suposta separação língua-fala, geralmente atribuída ao *Curso de Linguística Geral* (CLG), é de ordem metodológica, e não relacionada à ordem dos fenômenos, até porque se a língua existe é porque antes existe o falante, e ambos são interdependentes. Ao “separá-las”, Ferdinand de Saussure apenas resguarda a pluralidade do campo e obedece a uma das tarefas propostas para a Linguística: “delimitar-se e definir-se a si própria” (SAUSSURE, 2006, p. 13) – ou seja, a tarefa de um fazer epistemológico.

Outra tarefa da Linguística também se mostra presente no programa saussuriano, que se dá pela tentativa de uma linguística histórica⁵ cujo amparo está no comportamento natural e simultâneo de *continuidade* e de *transformação* da língua no tempo. Por ser um sistema de signos veiculado pela massa social, a língua é, ao mesmo tempo, um fator de conservação, “tesouro depositado no cérebro dos falantes”, e um fator de mudança e de variação.

Para a realização dessa linguística, sob a qual subjazem os princípios de *continuidade* e de *transformação*, entram em questão dois pontos de vista: o *sincrônico* e o *diacrônico*. O primeiro observa as relações existentes entre as entidades linguísticas num dado estado de língua, enquanto o segundo observa os acontecimentos que modificam essas entidades através do tempo. Para qualificar essa divisão importante de sua linguística, Saussure, inspirado pela tradição filosófica e científica de sua época, toma emprestado da física dois termos concorrentes: *estático* (forças em equilíbrio) e *dinâmico* (forças em movimento), segundo Bouquet (2000, p. 205).

Do desdobramento da língua entre essas forças que concorrem, chega-se a uma constatação: as razões para que ela permaneça o que é ou para que se modifique estão ligadas à própria natureza arbitrária do signo, pois esta é a razão do sistema. Tullio de Mauro (1972, nota 129) explica: “constatemos de imediato a inteira insignificância de

⁵ O CLG coloca como primeira tarefa da Linguística “fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família” – uma linguística histórica, i.e., uma sincronia e uma diacronia (SAUSSURE, 2006, p. 13).

um ponto de vista que parte da relação de uma ideia e de um signo fora do tempo, fora da transmissão, que é só quem nos mostra, experimentalmente, o que vale o signo”.

E o que vale o signo? O signo só vale na e pela massa social. O signo é social e arbitrário porque se reveste de valor no uso, por isso concebido como um “sistema de valores”⁶. Essa expressão converge com a afirmação de Depecker:

a língua não é puramente um sistema, porque se reduzirmos a língua a um simples sistema de signos, ainda é o espírito que intervém (...) A língua não é um ser abstrato ou um puro sistema que teria em si mesmo sua lei de evolução e se desenvolveria de forma inacessível, mas é a expressão da massa falante, completamente atravessada por forças sociais (DEPECKER, 2009, p. 97 et seq.).

Logo, pensar em signo remete a arbitrário e, como consequência, a *valor*, conceito que recobre toda teoria saussuriana, pois compreende o sistema como um conjunto de sentido uma vez que “o signo não chama uma forma, mas todo um sistema latente” (GADET, 1996, p. 50). Nesse sentido, esse ponto esclarece o que se entende por arbitrariedade: a língua não está colada à realidade; é justamente porque significa que tem valor.

A arbitrariedade, para Saussure, obedece a duas relações: *arbitrário interno*, para a relação interna ao signo, entre significante e significado, e *arbitrário sistêmico*, para a relação que une entre eles os termos do sistema de uma língua. Essas relações, por sua vez, implicam duas ordens de valor para o sistema: *in absentia* (coordenação associativa) e *in praesentia* (coordenação sintagmática). Ambas supõem a correlação dos termos linguísticos, numa totalidade solidária, só adquirindo sentido pela semelhança e pela oposição entre os termos – ou seja, pela identidade e pela diferença (conceitos presentes em Platão a partir da noção de alteridade):

o valor de uma palavra só será determinado pelo **concurso dos termos** que a limitam; ou, para insistir ainda mais no paradoxo revelado: o que está na palavra só é determinado pelo concurso do que existe em torno dela sintagmaticamente ou associativamente. É preciso abordar a palavra partindo do sistema e dos termos coexistentes. (BOUQUET, 2000, p. 257, grifo meu).

⁶ Normand (2009, p. 157). A autora se refere a “sistema de signos” como “sistema de valores”, uma vez que o valor recobre os conceitos de *unidade*, *entidade*, *signo* e *arbitrário*, visto que não há nada no sistema que não tenha valor.

Surge daí uma evidência: o signo é o que o outro não é – ser e não-ser –, pois “o que é isolado degenera e morre”. O valor de um signo não está jamais fixado, mas se dá em *relação* ao conjunto do qual faz parte; até mesmo a ordem dos termos é um valor. Fazendo parte de um sistema, o signo reveste-se de significação, mas é, sobretudo, no *curso* com todos os outros signos que reconhece seu valor.

Em *Nota sobre o discurso*, dos *Escritos de Linguística Geral* (ELG), Saussure, magnificamente, deixa clara a necessidade de relação entre os signos para a construção do sentido, ou ainda, para o valor do discurso:

A língua só é **criada** em vista do discurso, mas o que separa o discurso da língua ou o que, em dado momento, permite dizer que a língua *entra em ação como discurso*? Os vários conceitos estão ali, prontos na língua (ou seja, revestidos de uma forma linguística), como *bœuf, lac, ciel, fort, rouge, triste, cinq, fendre, voir*. Em que momento ou em virtude de que **operação**, de que *jogo* que se estabelece entre eles, de que condições, esses conceitos formarão o DISCURSO? A sequência dessas palavras, por mais rica que seja, pelas ideias que evoca, não indicará jamais⁷, para um indivíduo humano, que um outro indivíduo, ao pronunciá-las, quer lhe comunicar alguma coisa. **O que é preciso para que tenhamos a ideia de se quer comunicar alguma coisa usando termos que estão disponíveis na língua?** É uma questão igual à de saber o que é o *discurso*, sendo que, à primeira vista, a resposta é simples: o discurso consiste, quer seja de maneira rudimentar e por via que ignoramos, em afirmar uma **ligação** entre dois conceitos que se apresentam revestidos da forma linguística, enquanto a língua realiza, anteriormente, apenas conceitos isolados, que **esperam** ser postos em **relação entre si** para que haja **significação de pensamento**. (SAUSSURE, 2004, p. 237).⁸

Nessa perspectiva, assim como o rio espera que os fios de água se enframem, reatando os poços até a sentença-rio do discurso, o signo isolado *espera* ser posto em *relação* para que haja a expressão do pensamento no *discurso*. Nesse sentido, podemos realmente nos indagar a partir de Saussure se seria a língua o “objeto, ao mesmo integral e concreto, da Linguística?” (SAUSSURE, 2006, p. 15). A resposta aparentemente óbvia se reformula quando se leva em conta a interdependência entre língua e fala, visto que não há possibilidade de língua sem quem a fale, sem quem resgate os signos de sua mera virtualidade e os coloque em emprego. Assim, ainda que, em uma ordem metodológica, o objeto de estudo de Saussure tenha sido a língua, compatível com a sua busca de

⁷ Tradução conforme o original em francês, no qual a frase não é restritiva (como consta da tradução de *ELG* em português) mas negativa: “La suite de ces mots, si riche qu’elle soit, par les idées qu’elle évoque, n’indiquera jamais à un individu humain qu’un autre individu, en les prononçant, veuille lui signifier quelque chose” (*Écrits de linguistique générale*, 2002, p. 277).

⁸ Os grifos em itálico e em maiúsculas são do autor; os grifos em negrito, meus. Vale destacar que os *ELG*, especialmente a *Nota sobre o discurso*, foram escritos ao mesmo tempo em que Saussure elaborava os cursos de linguística geral.

cientificidade, não há como traçar uma separação na linguagem, porque esta pressupõe língua e fala, e tal conjunção faz a natureza do homem.

Torna-se incompatível, portanto, dissociar forma de sentido. Se se considera o sentido, considera-se também o sujeito falante (a “massa falante”), porque só é signo, ou unidade linguística, aquilo que é empregado e reconhecido por ele. Para Saussure, o homem só é *homem* porque a linguagem sempre foi, ao mesmo tempo, a ferramenta de ação coletiva e de educação individual, ou seja, língua e fala sempre andaram juntas ao lado do homem. Por essa razão, o estudo da linguagem está contido no estudo das línguas – o que se entenda por diversidade –, pois não há como dividir o estudo da linguagem (humano) do estudo das línguas (diversidade). E é justamente porque a linguística se assumiu como o conjunto dos estudos relativos ao falar humano que ocupa cargo importante na ciência de hoje.

A propósito, Saussure não excluiu ingenuamente do escopo de sua teoria o lugar do falante no tratamento da língua. Ao que nos parece, o falante já está ali, entremeadado na célebre frase do mestre: “a língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido” (SAUSSURE, 2006, p. 200). E quem poderia colocar remendos no traje (a língua)? Ou ainda, nas palavras de Saussure em sua *Nota*, quem *cria e coloca a língua em ação como discurso* senão a atividade sempre renovada do sujeito?

Podemos dizer, resguardados os limites dessa afirmação, que Saussure deixou à mostra para os futuros linguistas os pontos amarrados de seus remendos na costura de uma Linguística, que, bem tecidos, são hoje fios que se misturam às roupagens da enunciação.

E se há um ponto onde se confira regularidade no sistema da língua, este está na ordem de sua repetibilidade, de sua unicidade, de sua forma, o que não significa dizer que tudo está dito na língua; o repetível do sistema é o que permite suas diferenças. Enfim, a língua sempre tem mais a dizer, pois está sempre ao encontro de cada locução que a torna, a cada vez, discurso.

2 Benveniste: A linguagem comporta a enunciação

Como sugere o título, podemos afirmar que é justamente a partir do conceito de linguagem, a qual subentende o par língua-discurso (língua-fala) e cujo funcionamento

se dá pela noção de relação e, por conseguinte, de valor, que Émile Benveniste *continua e ultrapassa* Saussure.

Da distinção saussuriana entre língua e fala, Benveniste pôde propor sua articulação sob a noção de enunciação e, com ela, se aproximar do problema formulado *dramaticamente* por Saussure como aquele da passagem da língua em discurso: “A língua **só é criada em vista do discurso**, mas o que separa o discurso da língua ou o que, em dado momento, permite dizer que a língua *entra em ação como discurso?*” (SAUSSURE, 2004, p. 237, grifo meu). E o que significa “ser criada em vista do discurso” senão a necessidade da língua ser utilizada, ser posta em emprego e em ação como discurso? Barbisan (2013) ilustra com clareza essa questão, ao colocar em paralelo os sentidos assumidos pelos termos “esperam” e “prontos”, relacionados aos signos, como “aguardar algo se produzir” e “ser capaz, estar preparado, ser suscetível”, respectivamente. Nesse sentido,

O termo “prontos” estaria, então, indicando a propriedade que os conceitos da língua apresentam de conter neles uma significação que, relacionada à de outros conceitos, levam ao discurso. A aproximação entre as significações de “prontos” e de “esperam” parece estar autorizando o leitor a entender que os conceitos da língua, tendo em sua natureza as propriedades de expressar significação e de se relacionar com outros conceitos, *esperam*, porque estão *prontos*, já constituídos na língua, ser postos em ação por um indivíduo humano (como diz Saussure) para expressar seu pensamento para outro indivíduo. (BARBISAN, 2013, p. 164, grifos da autora).

Com isso, podemos dizer que a enunciação já estava presente em Saussure, ainda que este não tenha formulado seus termos. Em *ELG*, vimos pelo menos uma clara indicação da emergência dessa noção através da pergunta com que introduz sua *Nota*; afinal, a língua prevê o discurso e não é senão a sua possibilidade.

Sob a perspectiva enunciativa benvenistiana, podemos dizer que uma afirmação em especial coloca em cena a concepção de linguagem que permite vislumbrar a enunciação:

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, **e a linguagem ensina a própria definição do homem.** (BENVENISTE, 2005, p. 285, grifo meu).

Essa célebre passagem, em *Da subjetividade na linguagem* (1958), parece-nos resumir uma leitura antropológica da linguagem atribuída por Benveniste, partindo de

um princípio central: a intersubjetividade é o fundamento e a condição do homem na linguagem. Isso nos esclarece porque a linguagem não é um instrumento, como instiga Benveniste, mas o intermédio entre a realidade e o homem, uma vez que é por ela que o homem simboliza o mundo, o *seu* mundo. Isso equivale a dizer que a relação do homem com o mundo é fundamentalmente mediada pela linguagem.

Todos os caracteres da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua natureza *articulada*, o fato de que diz algo (tem um conteúdo) são suficientes, conforme argumenta o autor, para suspeitar dessa vinculação da linguagem a instrumento; e vinculá-la ao próprio simbolismo que articula homem e linguagem. Desse modo, entende-se por que a linguagem ensina a própria definição do homem: a linguagem define o homem, assim como o homem define a linguagem, pois é *nela e por ela* que o homem se constitui como *sujeito*. A importância da função da linguagem equivale “à natureza do problema que serve para resolver”, como diz Benveniste (2005, p. 280), e que não é senão a da comunicação intersubjetiva.

Isso significa que a linguagem dispõe de um conjunto de “signos vazios” que não remetem a nenhuma “realidade” que não à “realidade” do indivíduo que a enuncie. Nesse sentido, a relação *eu-tu* articula-se sob o princípio mesmo da *(inter)subjetividade*, uma vez que a condição de diálogo é constitutiva da *pessoa* e, como tal, sempre referida ao outro – sendo as costuras feitas no traje (a língua) entremeadas por *eu e tu*.

A linguagem, na concepção benvenistiana, evitou assim um problema de contradição no uso da língua: o de assegurar a constituição da subjetividade pela instauração do signo móvel *eu* que remete a cada vez ao indivíduo que o tome emprestado na instância de discurso. Assim, o fundamento da subjetividade está no exercício da língua por cada um que tome a palavra.

Dessa concepção, resulta o prenúncio de Benveniste:

Muitas noções em linguística [...] aparecerão sob uma luz diferente se as restabelecermos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação linguística. (BENVENISTE, 2005, p. 293, grifo do autor).

Vemos, sob esse apontamento, a preocupação de Benveniste pela necessidade do redimensionamento da análise do funcionamento da língua, uma vez que se leva em conta a presença do sujeito na linguagem. Essa preocupação, antes de mais nada, objetiva *mostrar ao linguista o que ele faz*, e “Em vez de ziguezaguear com o ‘sentido’ e

de imaginar processos complicados – e inoperantes – para deixá-lo fora de jogo retendo somente os traços formais, é preferível reconhecer francamente que ele é uma condição indispensável da análise linguística” (BENVENISTE, 2005, p. 130). Toda a reflexão do autor redimensiona o lugar do linguista – e daquele interessado pelas questões da linguagem, que, aqui, se assume como o *professor* – que precisa considerar o emprego da língua para não “consagrar” um lugar importante ao emprego das formas, pois seu argumento é o de que o emprego da língua é um “mecanismo total e constante que, de uma maneira ou outra, afeta a língua inteira” (BENVENISTE, 2006, p. 82).

É nesse sentido que Benveniste discute o fato linguístico como ligado ao método e aos critérios que o definem como tal. Se o ato de enunciação é “o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta” (BENVENISTE, 2006, p. 82), considerá-lo implica vê-lo como estruturado em níveis e unidades, o que difere de uma abordagem que focaliza os níveis separadamente (fonologia, morfologia) com suas unidades (fonema, morfema...). A língua atualizada em discurso por um locutor é um mecanismo singular que afeta todos os níveis e unidades, porque estão sob a condição do sentido, como atesta o autor em *Os níveis da análise linguística* (1963) quanto à natureza *articulada* da linguagem.

Sob essa perspectiva, a consideração de noções como *forma*, *sentido*, *frase* e *referência* tornam-se fundamentais para a proposta do projeto globalizante benvenistiano porque somente elas são próprias para fazer justiça à natureza *articulada* da linguagem e ao caráter discreto dos seus elementos, nas palavras de Benveniste (2005, p. 127). Na dimensão da linguagem, a *frase* é unidade completa, definida pela “transversalidade enunciativa”⁹ de seus níveis, comportando ao mesmo tempo *sentido* e *referência*. Por isso, consideramos, junto com Benveniste (2006, p. 140), que é “no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura”, uma vez que a enunciação não se limita mais a determinadas classes de signos, mas atravessa a língua em toda sua extensão porque está sempre em relação com a situação de discurso do locutor.

A frase, criação indefinida, variedade sem limite, **é a própria vida da linguagem em ação** [...] Há de um lado a língua, conjunto de signos formais, destacados pelos procedimentos rigorosos, escalonados por classes, combinados em estruturas e em sistemas; de outro, a manifestação da língua na comunicação viva. (BENVENISTE, 2005, p. 139, grifo meu).

⁹ Termo cunhado por Flores (2011).

Se levarmos adiante essa preocupação do linguista, observamos que, em *A forma e o sentido na linguagem* (1966), Benveniste retorna à relação de forma e sentido na proposição de dois modos de ser língua: modo *semiótico* e modo *semântico*. No modo semiótico, o autor parte de uma visão primeira de *sentido*, como aquele dado intrassistema, ligado ao sistema de signos na qual a significação se estabelece mediante distinções, definido por uma relação de paradigma. No modo semântico, Benveniste introduz um novo domínio, o da língua em uso, da manifestação individual do locutor no exercício da língua e que implica a construção da referência e do sentido na sintagmatização (engendramento) das formas.

Em síntese, no modo semiótico, a *forma* diz respeito ao aspecto formal do signo, e o *sentido*, às relações de oposições com os outros signos, pois, no semiótico, “ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa” (BENVENISTE, 2006, p. 227). No modo semântico, por sua vez, a *forma* diz respeito à organização sintagmática operada pelo locutor, à frase, e o *sentido*, à ideia que dela decorre. De modo que,

Com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; com a frase liga-se às coisas fora da língua; e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, **o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor.** (BENVENISTE, 2006, p. 230, grifo meu).

Lida pelo filósofo Giorgio Agamben (2012), cuja teoria dialoga com a reflexão de Benveniste a propósito da experiência humana inscrita na relação entre infância e história, essa distinção se torna tão clara quanto encantadora:

[...] Quanto ao semântico, este existe apenas na emergência momentânea do semiótico na instância do discurso, cujos elementos – logo depois de proferidos – recaem na pura língua, que os recolhe em seu mudo dicionário de signos. **Somente por um instante, como os golfinhos, a linguagem humana põe a cabeça para fora do mar semiótico da natureza.** Mas o humano propriamente nada mais é que esta passagem da pura língua ao discurso [...] (AGAMBEN, 2012, p. 68, grifo meu).

Logo, o valor semântico de todo ato de palavra resulta dessa articulação entre os domínios semiótico e semântico, ou ainda, entre as relações paradigmática e sintagmática, de modo que o semântico não prescinde do semiótico, mas ambos convergem para a construção do sentido no uso da língua – no discurso.

Assim definidos e articulados por Benveniste, os dois planos da língua traduzem uma concepção de linguagem que comporta a repetibilidade da língua na

irrepetibilidade dela mesma. E é aqui que essa concepção se abre ao *mundo da enunciação* e ao *universo do discurso*, uma vez que coloca a linguagem como condição simbólica de existência do homem, pela qual ele simboliza o mundo, a sua maneira de ver o mundo, o que se coaduna com a própria definição de enunciação como o *colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização*. Assim, a concepção de linguagem benvenistiana, ancorada substancialmente em sua natureza *articulada*, nos leva à aproximação necessária entre homem-linguagem, *eu-tu/ele*, forma-sentido, semiótico-semântico, língua-discurso, língua-sociedade/cultura e, por conseguinte, à noção de *relação* sob a qual reside a expressão da singularidade de cada enunciação. Enfim, é sob essa noção que depende a apropriação do aparelho formal da língua pelo locutor que, pela enunciação, constituirá a referência no discurso, estabelecendo a (inter) subjetividade enunciativa a partir de uma *certa* relação com o mundo e com o outro.

Sob essa articulação, vemos, mais uma vez, a *presença-ausência* de Saussure, que ao mesmo tempo em que *continua* nas entrelinhas de Benveniste, se deixa *ultrapassar* por ele na proposição de uma concepção de linguagem que comporta a enunciação.

3 Ducrot: a argumentação está na língua

Não à toa Oswald Ducrot aparece nesse ponto da reflexão, após a exposição de Ferdinand de Saussure e de Émile Benveniste, uma vez que com eles estabelece um diálogo na produção de sua Teoria da Argumentação *na Língua*. Os pontos de encontro ficarão claros à medida que apresentarmos seu constructo teórico, ainda que um salte aos olhos pelo enfoque que damos a este trabalho: a noção de *relação*. No que tange à herança saussuriana, Barbisan nos esclarece:

Afirmando que sua filiação a Saussure está em admitir que o significado de um signo consiste nas relações entre signos, Ducrot escolhe estudar a relação entre significados (conceitos), não entre significantes (imagens auditivas), o que lhe permite construir uma teoria semântica que toma como objeto a *língua*, na qual vê o valor expresso por relações sintagmáticas, *in praesentia*, por meio de encadeamentos denominados *argumentações*. (BARBISAN, 2013, p. 167-168, grifos da autora).

Ducrot parte, portanto, do nível sintagmático como sistema de combinações, o qual está no nível do discurso, para o nível paradigmático, o qual está no nível da língua,

a fim de buscar quais as regras da língua que regulam e permitem a construção de sentidos no e pelo discurso. Em resumo, Ducrot parte da observação do uso da língua, da relação das palavras no texto – no discurso – para entender como se estabelecem essas relações, que ele lê pela Semântica Argumentativa. Sob essa perspectiva, seu objetivo consiste em *explicar* – e não descrever – como se constroem as relações semânticas na língua. Afirmar isso não permite dizer que Ducrot, tampouco Carel, estudam a superfície da língua; pelo contrário, a preocupação dos autores concentra-se no que a subjaz e que permite constituir o sentido.

Sobre isso, Ducrot e Carel são categóricos:

O ponto fundamental é que gostaríamos de renunciar radicalmente a qualquer descrição não linguística do significado das expressões da língua. Tomando ao pé da letra a ideia saussuriana de que o significado é parte integrante do signo, concluímos que ele não pode consistir nem em coisas (ou propriedades das coisas), nem em ideias (conceitos, representações mentais). Mais precisamente, ficamos com as fórmulas de Saussure em que o significado é visto como o “valor” do signo – o que leva a concebê-lo, já que o valor de uma entidade é um **conjunto de relações** entre entidades que lhe são homogêneas, como conjunto de relações entre signos. Para nós, as **relações entre signos** estão na base de todo significado, e que são como átomos da significação, são o que chamamos “encadeamentos argumentativos” ou ainda “argumentações”. (DUCROT & CAREL, 2008, p. 9, grifos dos autores; negritos meus).

Com isso, fica claro que a Teoria da Argumentação não tem como objeto a exterioridade, mas as relações intralinguísticas dadas no sistema. Em vista disso, “ensina Ducrot, a *realidade linguística é fundamentalmente opositiva*” (BARBISAN, 2013, p. 167, grifo da autora), o que reitera a nossa afirmação de que o estudo da argumentação se dá por semelhança e por diferença na língua, intrassistema.

Nesse sentido, Ducrot (1990), a respeito da concepção de argumentação, propõe o afastamento da concepção tradicional de sentido, pela qual se vê o aspecto objetivo como a representação da realidade (denotação) e os demais aspectos, subjetivo e intersubjetivo, como a relação do locutor com o alocutário (conotação). Desse modo, o autor unifica os aspectos subjetivo e intersubjetivo a partir da ideia de *relação*: “A meu ver, se a linguagem ordinária a descreve [realidade], o faz pelo intermédio dos aspectos subjetivo e intersubjetivo¹⁰” (DUCROT, 1990, p. 50, acréscimo meu), sendo que a descrição (aspecto objetivo), como em “Pedro é inteligente”, se dá através da expressão de uma atitude e de um chamado que o locutor faz ao alocutário, reunindo-se aqui os

¹⁰ Tradução minha de: “A mi modo de ver, si el lenguaje ordinario la describe, lo hace por intermedio de los aspectos subjetivo e intersubjetivo” (DUCROT, 1990, p. 50).

aspectos subjetivo e intersubjetivo sob a denominação de *valor argumentativo*. Daí resulta que o valor argumentativo de uma palavra é o papel que ela desempenha no discurso, como em “Pedro é inteligente, *portanto* poderá resolver esse problema”, impossibilitando, assim, pela relação argumentativa entre os enunciados, o uso de *no entanto*. O valor argumentativo é, pois, a *orientação* que essa palavra dá ao discurso, sendo esse valor o nível fundamental da descrição linguística.

Como ressalta Barbisan (2007), a argumentação se dá pelas marcas que o locutor, produtor do enunciado, explicita em seu discurso tanto do aspecto da relação com o alocutário quanto com os outros sujeitos, os *enunciadores*, que são, para Ducrot (2008), *pontos de vista*, ou ainda, *pontos de perspectiva* abstratos com os quais o locutor mantém diferentes atitudes: o assumir, o concordar e o opor-se. Ao conceber a inter-relação entre locutor e alocutário, a partir da qual se produz a argumentação, a Teoria da Argumentação na Língua postula a não unicidade de sujeitos do enunciado e contempla assim a enunciação. Isso fica claro com a definição de enunciação por Ducrot (1987, p. 168) como “o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado”, ou seja, o sentido (uso) do enunciado é a representação da enunciação(locutor). Em outras palavras, Ducrot explica que

[...] o sentido do enunciado ou do discurso é constituído, em grande parte, por comentários à sua própria enunciação [...] não se pode falar sem se falar de sua própria fala – o que equivale a afirmar que aquilo que se diz tem como elemento constituinte uma certa qualificação do dizer. (DUCROT, 1989, p. 379).

A enunciação, nesse caso, é a aparição de enunciado, o fato de ele aparece, e o sentido é o produto da enunciação, do que decorre a implicação de diferentes pontos de vista constituídos no discurso. Em vista disso, Silva (2012, p. 186) afirma que o interesse de Ducrot está justamente em estudar as indicações dadas pelo enunciado que trazem o acontecimento enunciativo, pois as marcas da enunciação no enunciado têm a especificidade de remeterem à instância em que tais enunciados são produzidos, fazendo aparecer a posição do locutor enquanto responsável por esse acontecimento.

Sob a distinção entre *frase* e *enunciado*, cujos valores semânticos são, respectivamente, *significação* e *sentido*, “é possível definir, pelo conceito de polifonia, o

que é da língua e o que é do uso da língua”¹¹. A significação é o valor semântico da frase (entidade abstrata, da ordem da língua), enquanto o sentido, o do enunciado (entidade concreta, da ordem do discurso). A frase, segundo Ducrot e Carel (2008, p. 16), não pode ser polifônica, uma vez que não comporta locutor, nem, por conseguinte, enunciador. A significação é aberta, contendo nela instruções que indicam, pelo contexto linguístico, o sentido do enunciado. Logo, a polifonia só se manifesta em enunciados, ou melhor, só se manifesta no e pelo discurso, sendo esse conceito fundamental para explicar a noção de enunciação no quadro teórico da Semântica Argumentativa.

Nesse sentido, vem à luz uma noção central a respeito da significação: a *orientação*. Como vimos, a significação é considerada como um conjunto de indicações que *exigem*, no sintagma, uma relação de sentido. Desse modo, todo signo *orienta* para uma continuidade, o que significa dizer que o sentido de um signo se dá pela sua *relação* com outro signo, construindo, assim, o sentido global do enunciado e, por sua vez, o *valor* do encadeamento argumentativo. Afinal, todo signo tem um espaço “vazio” que *espera* ser preenchido quando colocado em relação com outro signo. Um signo *orienta* e escolhe um sentido, ao passo que impede outros. O valor semântico não está em cada enunciado, mas no próprio encadeamento, segundo Ducrot (2009a).

Com base nisso, Silva (2012, p. 183) propõe a *autonomia da ordem linguística* defendida por Ducrot ao longo de seus estudos, a qual se desvincula da ideia de descrição da realidade¹² pela linguagem, posto que “É o próprio discurso que é doador de sentido, já que o valor da palavra atualiza no discurso o sentido argumentativo”. Em suma, a Teoria da Argumentação coloca em cena as relações argumentativas que se estabelecem entre os enunciados, resultando delas uma unidade de sentido, à qual Carel vai chamar *bloco semântico*.

Os encadeamentos, entendidos agora como blocos semânticos, apresentam-se sob dois aspectos: normativo (*portanto-DC*) e transgressivo (*no entanto-PT*). Por exemplo, em *A portanto C (não há interesse, portanto ele não o fará)* ou em *A no entanto C*

¹¹ Termos utilizados em aula pela Professora Leci Borges Barbisan (na Disciplina *Enunciação na Linguagem*, ministrada em 2013/1, na PUCRS). A propósito, o título deste artigo é mais do que uma paráfrase da disciplina: é uma homenagem ao brilhantismo e à generosidade dos ensinamentos dessa professora que *na e pela* linguagem nos encanta com os mistérios e os horizontes da Linguística.

¹² Por essa razão, Ducrot abandona a Teoria dos *Topoi* (*topos*: lugar), porque ela deixa de ter suas bases na alteridade ao buscar o sentido fora da língua. Vale ressaltar que a Teoria da Argumentação na Língua (ANL), de Oswald Ducrot, sofre alterações ao longo de sua produção, hoje relida pela Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) e pela TAP (Teoria Argumentativa da Polifonia), de Marion Carel, ao lado de Ducrot.

(*não há interesse, no entanto ele o fará*), constrói-se um encadeamento que é o próprio sentido de uma palavra da língua, no caso, *interesse*. Os dois aspectos fazem parte do mesmo bloco, mas dependem do sentido argumentativo que o locutor quer dar a conhecer ao alocutário por meio do uso da língua.

Com a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) desconstrói-se a *pressuposição*, segundo a qual haveria dois enunciados independentes, colocando tudo na ordem do sintagma. Se refletirmos sobre esses encadeamentos, veremos que eles estão inscritos na própria linguagem, à medida que nos exprimimos sempre por relações de semelhança (*portanto*) e de diferença (*no entanto*), estando presente aí, mais uma vez, a alteridade que nos inspira desde Platão.

A partir do exposto, percebemos que a noção de *relação* perpassa as teorias linguísticas, fundando novos modos de ver a linguagem e lembrando-nos sempre que os sentidos não preexistem ao uso que o locutor faz da língua na troca com o outro.

4 A relação com o ensino

Após nosso percurso teórico, voltamos às nossas perguntas iniciais: Considerando o ensino de leitura e escrita em sala de aula, que, como sabemos, em geral, desvincula forma e sentido, ou melhor, atenta para a língua como gramática e não para o discurso como emprego da língua, o que deve ser levado em conta para sua (re)significação? Como a Linguística pode contribuir para o trabalho com texto em sala de aula, ou mesmo para o ensino em geral? Dito de outro modo, quais são as implicações do conhecimento da Linguística para o ensino?

Como sabemos, a história cultural do ensino de leitura e de escrita e a visão periférica que ainda se tem delas repercutem na prática em sala de aula, a qual é, naturalmente, o resultado daquilo que entendemos ou, em contrapartida, daquilo que deixamos de entender por língua e por linguagem. Todo o tratamento dado às questões linguísticas é consequência das linhas teóricas às quais emprestamos credibilidade. Nessa linha, a escola traça uma linha divisória entre forma e sentido, ou melhor, entre a língua como sistema e o discurso como o emprego da língua, abstendo-se de explorar a complexidade inerente à linguagem.

Na esteira dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN's), os *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio* (PCNEM) compreendem a linguagem como “a espinha dorsal” da área de ensino de Língua Portuguesa, sendo o *texto* a unidade básica da linguagem verbal,

compreendido como a fala e o discurso que se produz, e a função comunicativa, o principal eixo de sua atualização e a razão do ato linguístico. O aluno deve ser considerado como produtor de textos, aquele que pode ser entendido pelos textos que produz e que o constituem como ser humano. O texto só existe na sociedade e é produto de uma história social e cultural, único em cada contexto, porque marca o diálogo entre os interlocutores que o produzem e entre os outros textos que o compõem. **O homem visto como um texto que constrói textos** (PCNEM, p. 43, grifo meu).

Sob essa consideração, não resta dúvida do papel fundamental do professor como responsável pelo conhecimento e pela proposta do ensino-aprendizagem de texto oral e escrito como um *processo* de interlocução, embora ainda constatemos que há, na mão contrária, práticas que se afastam dessa abordagem de texto como processo para o seu tratamento como *forma*, ou seja, como objeto de “pretexto” para uma análise de estratos (letras, sílabas, palavras, sintagmas, frases) tomados como elementos de correção gramatical, por exemplo, e que são apenas fragmentos descontextualizados e destituídos da singularidade que o todo de cada texto implica.

De fato, a língua como estrutura formal se estende à atividade do locutor que dela faz uso, semantizando-a e atualizando seus sentidos no discurso, por isso *língua-discurso*. Assim, todo o ato de linguagem – oral ou escrito –, pelo qual se postula sempre uma alocação, ou seja, desde que *eu* assume a língua implanta diante de si um *tu* na necessidade de referir uma certa relação com o mundo, subentende a relação discursiva que se realiza em cada enunciação, mas esta só apreendida pelas marcas do enunciado, o seu produto. Desse modo, considerando o texto discente – oral e escrito – como processo e produto da enunciação, não podemos mais, como professores, ignorar a posição em que nos situamos diante do aluno em seu processo de produção textual.

Ao deslocarmos para o ensino os primitivos teóricos de Saussure, Benveniste e Ducrot – *a língua é um sistema de signos, a linguagem comporta a enunciação e a argumentação está na língua*, respectivamente –, compreendemos as suas implicações para o trabalho com texto em sala de aula. Se, para Saussure, o valor de um signo não está jamais pré-fixado, mas só se dá em *relação* ao conjunto do qual faz parte, a construção de sentidos do texto se dá somente na relação entre os seus elementos

(palavras, frases, parágrafos); ou seja, é no *concurso* com todos os outros elementos que cada um reconhece e constitui seu *valor* no discurso.

Na mesma linha, se para Benveniste a enunciação implica o ato de apropriação da língua pelo locutor na sua *relação* com o outro e com o mundo via discurso, sendo, portanto, o *valor* da enunciação essencialmente ligado à intersubjetividade, então, no estudo do texto, deve-se levar em conta mais do que as marcas linguísticas, mas, principalmente, os lugares de enunciação ocupados por *eu* e *tu* e a situação enunciativa criadora de referência no discurso, uma vez que disso depende o *valor* das escolhas linguísticas do locutor.

E, por fim, se para Ducrot o sentido de um enunciado se constitui na interdependência semântica entre os segmentos que o compõem, no texto as *relações* de sentido são derivadas dos *valores* argumentativos das palavras no discurso, o que significa dizer que essas relações se constituem tanto em uma ordem horizontal quanto vertical. Como vimos, a argumentação se dá pelas marcas que o locutor, produtor do enunciado, explicita em seu discurso a partir daquilo que ele quer dar a conhecer ao alocutário.

Para ilustrar nossa discussão, propomos a análise de um enunciado oral produzido por um aluno em contexto de sala de aula: “*Quando eu escrevo uma redação, não consigo me enxergar nela, mas quando eu escrevo no MSN até meus amigos sabem que sou eu quem está escrevendo*”¹³.

Sob a noção de relação – ou alteridade – à luz da perspectiva enunciativa benvenistiana, vemos que esse enunciado releva a intersubjetividade constitutiva de todo ato de enunciação oral ou escrito a qual coloca em cena a relação sempre necessária entre *eu-tu*. Desse modo, a falta de o locutor-aluno, como *eu*, não experimentar sua própria presença na redação está atrelada à falta de “presença” do outro, do alocutário-professor, uma vez que este se constitui como o leitor efetivo do

¹³ Esta fala é oriunda do primeiro dia de aula do *Programa de Apoio à Graduação (PAG) – Projeto Língua Portuguesa: Leitura e Produção de Textos*, promovido pela UFRGS, do qual faço parte como professora/bolsista CAPES. Esse programa consiste em oferecer aos alunos de graduação, através da forma de oficinas de leitura e produção de textos, a busca de qualificação do desempenho no uso da Língua Portuguesa, principalmente escrita. Tal fala foi transversal à reflexão desenvolvida em Juchem (2012) e foi retomada em trabalhos atuais, como, por exemplo, em Silva; Knack; Juchem (2013) e Silva (2013). A importância da recuperação dessa fala está justamente no que ela produz de interrogações a cada vez que a tomamos como dado de análise.

texto escrito em sala de aula e, com isso, representa para o locutor-aluno a imagem da redação, simbolizando para ele um *poder dizer* de locutor.

Como vimos, a enunciação implica o ato individual de apropriação da língua pelo locutor em sua *relação* com o outro e com o mundo, sendo, portanto, esse ato significado pelos lugares de enunciação ocupados por *eu* e *tu* e a situação enunciativa criadora de referência no discurso. O locutor-aluno está culturalmente constituído pelo *tu*, o alocutário-professor, este que é portador da cultura e que produz correferências, simbolizando para aquele o lugar que cada um ocupa na língua enquanto instituição social.

Nesse sentido, o *enxergar-se* na redação passa a ser possível à medida que o professor se colocar como um leitor realmente disposto a dialogar com o texto, seja como ouvinte da leitura do texto em voz alta, seja como leitor, devolvendo ao aluno seu espaço de singularidade e ressignificando para ele o ato de escrita¹⁴. Afinal, é somente em vista do *tu* que o locutor-aluno *faz a língua entrar em ação como discurso*. Logo, o *valor* da enunciação está essencialmente ligado à intersubjetividade.

Pela perspectiva enunciativa ducrotiana, o sentido do enunciado é a representação da enunciação, ou seja, as marcas linguísticas da enunciação no enunciado fazem aparecer a posição do locutor como responsável pelo acontecimento enunciativo. Assim, o enunciado do locutor-aluno assinala a relação argumentativa transgressiva que ele estabelece entre *msn* e redação, relacionada ao *enxergar*. É possível deduzir esse sentido pelos encadeamentos *escrita no msn DC enxergar-se* e *escrita de redação PT não enxergar-se*, a partir dos quais o locutor relaciona *escrever* e *enxergar*, reconhecendo o aspecto normativo (*escrever DC enxergar-se*) sob o princípio de que *escrever leva a enxergar-se*, mas opta pelo aspecto transgressivo a fim de indicar para o alocutário sua posição de locutor.

Como vimos, o valor argumentativo de uma palavra é o papel que ela desempenha no discurso; logo, o advérbio “até” reforça esse sentido, marcando linguisticamente a presença do alocutário no discurso do locutor pelos encadeamentos *escrita no msn DC ser enxergado* e *escrita de redação PT não ser enxergado*. Relacionando esses encadeamentos com os anteriores, depreendemos que o ato de ser enxergado está relacionado ao ato de enxergar-se e o ato de enxergar-se está relacionado ao ato de ser

¹⁴ Para ver mais sobre o assunto, consultar Juchem (2012) e Silva; Knack; Juchem (2013).

enxergado, verificando-se aí uma interdependência semântica entre *enxergar-se* e *ser enxergado*.

Se considerarmos que o aspecto normativo contém também o transgressivo e vice-versa, pois, afinal, nos exprimimos na língua sempre por relações de semelhança (*portanto*) e de diferença (*no entanto*), então o professor pode, através da escuta desse enunciado oral, tornar o encadeamento transgressivo *redação PT não enxergar-se* em seu aspecto normativo *redação DC enxergar-se*. Disso resultam duas questões fundamentais: o espaço de escuta dos enunciados orais em sala de aula que coloca em cena a alteridade que constituirá o texto escrito; e o modo como o professor encaminha a proposta de produção textual cujo efeito estará marcado linguisticamente.

Como exemplo desse *efeito*, tomemos um trecho do enunciado escrito produzido pelo mesmo aluno do qual registramos o enunciado oral:

Recorte 1 – Trecho do texto produzido pelo aluno¹⁵.

Minha presença na Universidade

Oi pessoal, meu nome é (nome do aluno) vocês já me conhecem, eu sou aquele cara louco da engenharia que não conseguiu ^{entrar para} o curso de cálculo e foi para o de português mesmo. Eu entrei este ano na ~~UFES~~ UFERS, no curso de engenharia cartográfica, e passei na minha segunda tentativa ~~de entrar na UFERS~~. Ano passado tentei para engenharia da computação, e ainda não sei ^{ao certo} se vou continuar na cartográfica ou vou trocar para a computação, mas não me preocupo com isso agora.

A partir da leitura desse trecho, percebemos que a proposta de tema para a produção textual *Minha presença na universidade* convida o aluno a se enunciar por escrito, valorizando a sua experiência em sala de aula, no caso, na universidade. As marcas de oralidade “Oi, pessoal”, “meu nome é [...]”, “vocês já me conhecem”, “sou aquele cara louco da engenharia”, de certo modo, resgatam a “oralidade” constitutiva do *msn* que remonta à simultaneidade do diálogo em que o aluno se vê constituído pelo outro e, por conseguinte, se vê presente, lido, *enxergado*.

¹⁵ Texto na íntegra em JUCHEM (2012).

Pela perspectiva enunciativa benvenistiana, a qual está ligada ao ato de enunciação, ou seja, ao fato de o locutor dizer algo, podemos dizer que tais marcas, além de assinalarem a presença “concreta” do aluno no contexto escolar, recuperam a situação específica criadora de referência e assinalam o reconhecimento pelo aluno da instauração da intersubjetividade pelo texto. Assim, o professor ressignifica o *valor* dos lugares de enunciação ocupados por *eu* e *tu* e da situação enunciativa criadora de referência no discurso.

Pela perspectiva enunciativa ducrotiana, a qual está ligada ao produto da enunciação, isto é, ao dito, podemos dizer que as marcas linguísticas do enunciado escrito evidenciam a posição do locutor-aluno frente ao alocutário do texto, o professor. Esse enunciado é, portanto, uma descrição de sua enunciação, uma caracterização do evento que constitui sua aparição, uma vez que, por suas indicações, traz o acontecimento enunciativo e faz aparecer a posição do locutor enquanto responsável por esse acontecimento.

Por exemplo, “você já me conhece” indica dois pontos de vista implícitos ao discurso: o de que algo (locutor-aluno) já é conhecido pelo alocutário e, por conseguinte, de que algo (locutor-aluno) é reconhecido (enxergado) por ele. Nesse caso, o advérbio “já” indica uma anterioridade vinculada ao presente da enunciação, pelo qual o locutor relaciona *conhecimento* e *reconhecimento*, admitindo o aspecto normativo de *conhecer DC ser reconhecido (ser enxergado)*, baseado no princípio de que o verbo *conhecer*, reforçado pelo advérbio *já*, implica os sentidos de “ter conhecimento de”, “fazer a identificação de”, “reconhecer, distinguir” e “ter experiência de”, os quais vinculam-se ao verbo *reconhecer*, que, por sua vez, implica os sentidos de “identificar algo ou alguém que se conhece”, “dizer-se, assumir-se” e “ver sua própria fisionomia ou sua maneira de ser em alguém ou algo”¹⁶. Vemos, assim, uma estreita correlação entre *conhecimento* e *reconhecimento*, a qual remete tanto ao locutor-aluno, quanto ao alocutário-professor.

Nesse sentido, relembramos que todo o processo de escrita pressupõe um leitor, um *tu*, com o qual os sentidos do texto se organizam e dialogam. Segundo Andersen (2008, p. 53), “O leitor é marcado linguisticamente no texto, não apenas de forma explícita, mas, essencialmente, de forma implícita, por meio da instância do ponto de

¹⁶ Sentidos possíveis segundo o Dicionário Houaiss (2001).

vista”. Essa afirmação releva uma abordagem polifônica que possibilita analisar o discurso tanto do *eu*-aluno quanto do *tu*-professor.

Ao relacionarmos os principais encadeamentos dos enunciados oral e escrito, percebemos que, através da escuta e do reconhecimento do aluno pelo professor, é possível que este inverta a orientação argumentativa do enunciado do aluno em um trabalho com texto que o faça se constituir nele (*enxergar-se*), ou seja, que ressignifique o valor de escrita de redação PT *enxergar-se*.

E, se “a descrição do sentido deve apoiar-se no que é linguístico” uma vez que somente o discurso é doador de sentido, conforme afirma Delanoy (2008, p. 27), a problemática levantada pelo autor a respeito do papel do leitor no resgate do sentido a partir do discurso coloca a nós, professores-leitores, duas questões fundamentais quanto à escuta, à leitura e à análise de textos em sala de aula: a primeira, de que o sentido é construído a partir da língua, *na* língua, o que significa que a análise é intratextual – pois a língua comporta a significação; a segunda, de que o sentido é construído pelo locutor em vista do outro por meio do uso da língua. Desse modo, desfaz-se a objetividade na língua e reúnem-se os aspectos subjetivo e intersubjetivo na constituição do processo de enunciação, o que reforça a ideia de que o sentido não está atrelado aos fatos da realidade, mas ao ponto de vista particular de cada locutor construído a partir da relação *eu-tu*.

Inspirados por Saussure, Benveniste e Ducrot partem da noção de *relação* – ou alteridade – como condição necessária à linguagem cujo fundamento se dá pela comunicação intersubjetiva sob a qual se constitui o sentido do discurso. A esse respeito, tomamos emprestadas as palavras de Ducrot que resumem magnificamente aquilo que nos propomos analisar aqui:

Para reencontrar na sua essência o platonismo saussuriano, é preciso reconhecer na linguagem uma função mais fundamental. Uma função que se satisfaça com a **pura alteridade**, ou mesmo que a implique [...] a língua é, antes de mais nada, o lugar da intersubjetividade, o lugar onde os indivíduos se confrontam, o lugar onde encontro outrem. Ora, outrem, ou não é nada, ou é este outro constitutivo de que fala Platão, este outro que me constitui a mim mesmo, porque é somente através dele que posso **me ver** e é através do **seu reconhecimento que posso me conhecer** (DUCROT, 2009b, p. 11, grifos meus).

Desse modo, nossa análise, ainda que sumária¹⁷, pretende um retorno sobre o próprio fazer do professor, procurando redimensionar seu lugar como alocutário (ouvinte-leitor-analista) e relevar que o texto escrito do aluno é mais do que um estrato material cujas formas devem ser corrigidas; é, antes de mais nada, o efeito da relação que se instaura entre *eu*-aluno e *tu*-professor, afinal, "o homem é um texto que constrói textos" (PCNEM, p. 43); logo, essa produção está sempre na dependência do outro.

Acreditamos, a partir daí, que à medida que o ensino de texto trabalhar com essas dimensões de *valor* e de *relação* vinculadas ao uso da língua, deixar-se-á de dar o tratamento ao texto apenas como forma para dar a ele o tratamento como *forma-sentido*, isto é, como uma análise do sentido que emana do engendramento/agenciamento – nos termos de Benveniste – ou do encadeamento – nos termos de Ducrot – das palavras pelo locutor-aluno a fim de expressar sua *certa* relação com o mundo– e aqui vemos a principal resposta às nossas perguntas iniciais.

Afinal, mais importante do que conhecer e ensinar os termos da Linguística, o professor precisa conhecer e ensinar a *função* da linguagem cuja essência é a *relação*. Deslocando a reflexão de Silva (2012, p. 188) para o ensino, afirmamos com ela que, no trabalho com texto em sala de aula, “importa analisar *por que* e *como se diz* e não *o que se diz*”.

Para finalizar

Tendo em vista nosso percurso pelas teorias linguísticas de Ferdinand de Saussure, Émile Benveniste e Oswald Ducrot, salvo suas diferenças, podemos afirmar, com veemência, que há um ponto comum em que elas se encontram: a noção de *relação* inscrita na linguagem. É a partir dessa noção que Benveniste e Ducrot se servem para estudar os sentidos singulares construídos por cada locutor no uso da língua em vista do outro, atribuindo a essa relação o conceito de *enunciação*. Se Saussure não formulou seus termos, ao menos apontou o caminho: “A língua só é criada em vista do discurso”.

¹⁷ A presente análise não se pretende exaustiva; por isso, operamos com um recorte: selecionamos, por ora, apenas os dados que nos permitem enfatizar a questão levantada por este trabalho. Para ver outras análises sob a perspectiva enunciativa de Ducrot e de Benveniste aplicadas ao ensino, consultar também *Letras de Hoje* (2001/1; 2008/1; 2009/1); *Letrônica* (2008/1); *Cadernos de Pesquisa em Linguística* (2006); *Desenredo* (2005/2; 2006/2; 2007/2; 2010/1; 2012/2); *Anais do SITED* (2011); Silva; Knack; Juchem (2013); Juchem (2012); e as teses de doutorado de Mello (2012); Naujorks (2011); e Endruweit (2006).

Enfim, na finitude do sistema da língua cabe a infinitude de sentidos, e aqui reside a natureza da linguagem: a conjunção da língua-discurso. A essência da linguagem é, pois, a *relação*. Estar atento a isso é conceber as (im)possibilidades dos dizeres na língua, o que, no ensino, coloca-nos à frente do texto produzido pelo aluno como globalidade, como um todo de sentido em que nada está isolado. Se levado à metáfora, o texto é um rio que corre em frases, então frase a frase em parágrafos, até a sentença-rio do discurso único da voz que a ele dá suas margens, curvas e profundidades.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

ANDERSEN, Elenice Maria Larroza. O tu que reescreve o eu: uma análise polifônica da reescritura na formação do professor de língua materna. *Letras de Hoje*. v. 43, n. 1, p. 48-56, jan./mar., 2008.

BARBISAN, Leci Borges. Do signo ao discurso: a complexa natureza da linguagem. In: FIORIN, José Luiz; FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges (Orgs.). *Saussure: a invenção da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 163-170.

_____. O conceito de enunciação em Benveniste e em Ducrot. In: GIACOMELLI, Karina; PIRES, Vera Lúcia (Orgs.). *Émile Benveniste: interfaces enunciação e discurso*. Letras n. 33, jul./dez. 2006, PPGL Editores, UFSM. p. 23-35.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. São Paulo: Pontes, 2005.

_____. *Problemas de linguística geral II*. São Paulo: Pontes, 2006.

BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. Tradução Carlos A. L. Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *PCN+Ensino Médio: Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: MEC/SEMT, 2002.

CORDERO, Nestor-Luis. Introduction. In: PLATON. *Le Sophiste*. Paris: Flammarion, 1993.

De MAURO, Tullio. *Cours de linguistique générale*. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Tradução de Francisco Settineri. Paris: Payot, 1972.

DELANOY, Cláudio Primo. O papel do leitor pela Teoria da Argumentação na Língua. *Letras de Hoje*. v. 43, n.1, p. 27-32, jan./mar., 2008.

DEPECKER, Loïc. *Comprendre Saussure: d'après lês manuscrits*. Paris: Armand Colin, 2009.

DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: *O dizer e o dito*. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. Enunciação. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v. 2. p. 368-393, 1989.

_____. Conferências 1, 2, 3 e 4. In: *Argumentación y polifonía*. Cali: Universidade del Valle, 1990.

_____. Argumentação retórica e argumentação linguística. Tradução Leci Borges Barbisan. *Letras de Hoje*. v. 44, n.1, p. 20-25, jan./mar., 2009a.

_____. Prefácio. In: VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Ed. da Unicamp, 2009b.

_____; CAREL, Marion. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. Tradução Leci B. Barbisan. *Letras de Hoje*. v. 43, n.1, p. 7-18, jan./mar., 2008.

GADET, Françoise. *Saussure: une science de La langue*. Paris: PUF, 1996.

FLORES, Valdir do Nascimento. A enunciação e os níveis da análise linguística. In: *Anais do SITED- Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, v. 1. p. 396-402.

JUCHEM, Aline. *Por uma concepção enunciativa da escrita e re-escrita de textos em sala de aula: os horizontes de um hífen*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientação: Prof. Dr. Carmem Luci da Costa Silva. Porto Alegre, 2012.

NORMAND, Claudine. *Saussure*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand. *Escritos de linguística geral*. Organização e edição Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo: Cultrix, 2004.

_____. *Curso de linguística geral*. Organização e edição Charles Bally e Albert Sechehaye. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Carmem Luci da Costa. O diálogo de Oswald Ducrot com Émile Benveniste. In: FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene (Orgs.). *O Sentido na Linguagem: uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 167-190.

_____; KNACK, Carolina; JUCHEM, Aline. A linguagem e a experiência humana em sala de aula. *Letras & Letras*. v. 29, n. 1, p. 1-18, jul./dez., 2013.

Recebido em agosto de 2013.

Aceito em novembro de 2013.